

EDITAL DE INSCRIÇÃO (RESUMO EXPANDIDO) - PROGRAMA DE PÓS
GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EDUCAÇÃO

**DIREITO À EDUCAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES DAS AÇÕES AFIRMATIVAS
PARA GARANTIA DO ACESSO E PERMANÊNCIA DAS MULHERES AO
ENSINO SUPERIOR**

Kleber Willian Eloi (kleber.eloi@metodista.br)

Alessandra Maria Sabatine Zambone (alessandra.zambone@metodista.br)

O presente estudo analisa as contribuições das ações afirmativas para o fortalecimento do direito à educação no Brasil, com ênfase no acesso e permanência de mulheres no Ensino Superior. Desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), vinculado à linha de Políticas e Gestão Educacionais, o trabalho parte da compreensão de que a educação é um direito fundamental e uma ferramenta de promoção da justiça social. Diante de um contexto nacional marcado por profundas desigualdades de gênero, classe e raça, o objetivo principal é compreender em que medida as políticas públicas afirmativas contribuem para mitigar essas desigualdades e ampliar as oportunidades para mulheres em situação de vulnerabilidade. A questão norteadora da pesquisa foi: quais os impactos das políticas de ações afirmativas no acesso e permanência de mulheres no Ensino Superior no Brasil pós-Constituição de 1988? A hipótese do estudo considera que, embora as políticas afirmativas tenham promovido avanços no ingresso de mulheres no Ensino Superior, ainda existem obstáculos estruturais e institucionais que dificultam sua permanência e conclusão dos estudos. A metodologia adotada é qualitativa, com enfoque na

análise documental de fontes primárias (leis, relatórios institucionais, dados estatísticos do INEP e do IBGE) e secundárias (produções acadêmicas sobre políticas públicas, equidade de gênero e direito à educação). O referencial teórico está ancorado em autores como John Rawls (2008), Carlos Roberto Jamil Cury (2002), Demerval Saviani (2013) e Paulo Freire (1996), os quais abordam a educação como vetor de justiça social, cidadania e emancipação. O estudo também considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente os ODS 4 e 5, que tratam da educação de qualidade e da igualdade de gênero, e que orientam as metas para políticas educacionais inclusivas até 2030. Os resultados apontam que, apesar do crescimento das matrículas femininas no Ensino Superior, sobretudo após a implementação da Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012), permanecem elevados os índices de evasão entre mulheres, principalmente entre aquelas que acumulam responsabilidades domésticas, enfrentam dificuldades financeiras ou são mães solo. A ausência de creches universitárias, bolsas permanência e políticas específicas de acolhimento institucional são fatores que contribuem diretamente para esse cenário de exclusão. Além disso, o estudo revela que a concentração de mulheres em cursos tradicionalmente femininos, como Pedagogia e Enfermagem, e sua sub-representação em áreas como Engenharias e Tecnologias, reforçam estereótipos de gênero e limitam as oportunidades de inserção profissional qualificada. Constatou-se ainda que, mesmo entre aquelas que ingressam por meio de ações afirmativas, o preconceito institucional, o assédio e a falta de pertencimento nos espaços acadêmicos são desafios adicionais que impactam diretamente sua permanência. As ações afirmativas, embora fundamentais, são insuficientes quando não articuladas a estratégias estruturantes de apoio, como políticas intersetoriais de assistência estudantil, formação docente com perspectiva de gênero e mecanismos de enfrentamento à violência institucional. Conclui-se que as ações afirmativas são instrumentos essenciais para a democratização do acesso ao Ensino Superior, mas sua eficácia depende da adoção de medidas contínuas e articuladas de permanência, apoio psicossocial e combate às desigualdades estruturais. Para alcançar equidade de gênero na educação, é necessário que as políticas afirmativas sejam compreendidas como parte de um projeto educacional de Estado, comprometido com a justiça social e a transformação das condições históricas de exclusão que afetam principalmente as mulheres em contextos de vulnerabilidade. Ao evidenciar os avanços e limitações dessas políticas, o estudo busca contribuir com a formulação de práticas institucionais mais sensíveis à diversidade e à complexidade das trajetórias educacionais

femininas, reafirmando o direito à educação como um caminho de emancipação individual e de transformação social coletiva.

Palavras-chave: direito à educação; mulheres; ações afirmativas; ensino superior; políticas públicas.